

Relatório e Contas 2018

MARÇO 2019



SÍNTESE: O presente documento apresenta os principais indicadores económicos e de actividade da cooperativa Biovilla ao longo do ano de 2018



Apresentação

Fundada em 12 Fevereiro 2011, a BVLL—Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável, CRL (Biovilla) tem definido como objectivo primordial fomentar o desenvolvimento individual, social, ambiental, económico e cultural quer do indivíduo, quer da sua comunidade até à sociedade como um todo através de práticas, modelos, bens e serviços inovadores que coloquem a sustentabilidade e a resiliência no centro da sua actuação. Tendo por base os princípios da Permacultura, de acordo com os seguintes pilares base:

- I. Alimentação (produção, distribuição e comercialização de produtos biológicos; de comércio justo ou de produção local);
- II. Aprendizagem (criação de sessões de formação na área da sustentabilidade com intuito de se constituir numa referencia de formação nesta área); e,
- III. Alojamento (turismo rural sustentável aliado à informação dos visitantes na área da bioconstrução / eficiência de recursos energéticos que visa também integração das comunidades locais e criação de postos de trabalho social).

A Biovilla desenvolve as suas actividades no Vale dos Barris, Palmela, na Serra da Arrábida.

A nossa Missão

Trazer Sustentabilidade ao dia a dia das pessoas

A nossa nova Visão Biovilla 2020

Alcançar a regeneração integral da nossa paisagem ecológica, social e económica com uma floresta viva, autóctone e comestível, uma comunidade local de aprendizagem forte e resiliente e uma economia próspera, real e sustentada que sirva de modelo para a criação e partilha de valor social em todo o mundo. Ser ainda o local de convergência e de partilha da sustentabilidade na comunidade em Portugal e no Mundo.

Os nossos Princípios Fundamentais

Confiança | Compromisso | Cooperação



Sumário de resultados de 2018

2018 foi um ano de consolidação e coerência na Biovilla.

Alimentação:

Tivemos finalmente o equipamento oferecido pelo projecto COMPOSE instalado nos nossos terrenos. As bombas solares permitiram gerar duas novas fontes de água dado que pudemos passar a usar dois poços antigos. Desta forma foi o primeiro ano que a água não faltou nas casas e pudemos manter a horta viva durante o verão. Uma conquista muito simbólica e promissora neste caminho de regeneração da terra e ecossistema que nos abriu esperança no futuro e incentivou a certificar os 55 hectares como 100% biológicos, implementar duas novas agroflorestas e certificar a cozinha com o sistema de HACCP para transformação de alimentos. Em paralelo com o novo desidratador, fechamos assim o ciclo de produção e transformação de alimentos certificada na Biovilla. Um sonho antigo finalmente realizado.



COMPOSE



CERTIFICAÇÃO BIO



AGROFLORESTA



HACCP



SEED DOME



ANIVERSÁRIO



RECONHECIMENTO ODS 12



PROJEÇÃO MEDIÁTICA



Comunidade:

Neste caminho de avanço de coerência, fizemos a nossa primeira campanha de crowdfunding angariando com sucesso 15.000€ para montar uma dome viveiro que será a infraestrutura que precisamos para contribuir para a o trabalho de floresta nacional. Esta campanha ficou entre as 25 maiores do país (dentro do pool da PPL) e obteve 113 apoiantes (exatamente o numero de metros quadrados de implantação. Magia ☺). O nosso aniversário contou com mais de 200 pessoas e foi o ano que mobilizámos mais massa crítica e goodwill em geral. Nunca nos sentimos tão acarinhados pelas pessoas como este ano.

Foi o ano também que recebemos mais estágios oficiais ERASMUS; IEF; Instituto Politécnico de Setúbal e voluntários em geral. Fomos case study para duas teses de mestrado.

Reconhecimento:

Talvez por termos trabalhado tão a fundo a nossa coerência e valores fundamentais ao longo destes 10 resilientes anos, que tivemos o privilégio de ser reconhecidos como melhor prática no ODS (Objectivo para o Desenvolvimento Sustentável) 12 – Consumo e produção sustentável pela APEE. Um orgulho subir a palco com tantas instituições de referência nacional onde a Biovilla passa a fazer parte.

Foi também o ano em que tivemos mais presenças em palestras e meios de comunicação nomeadamente em: Bazar Sustentável; InovContacto; Seminário Nacional Eco-Escolas; DNA Cascais; Colóquio Viseu - Por um desenvolvimento sustentável e um território de futuro; entre tantos outro eventos inspiradores nos quais tivemos o privilégio de participar.

Foi também o ano que tivemos mais projecção nas redes sociais passando a barreira dos 10.000 fãs no facebook ganhos de forma orgânica e que crescem 100 novos a cada semana em média. Presença na revista Business Portugal, Programa Hora Consciente; Canal TV Andreia Viana, Vida Macro, Minuto Verde, Sic Mulher, Rádio Movimento e Rádio Renascença trouxeram-nos novos elementos à família alargada.



KIT BOAS VINDAS



DETERGENTES ECOLÓGICOS



MERCADINHO



FEIRAS



DISPENSADOR CASASA DE BANHO



SECADOR



3 ESTÁGIOS OFICIAIS



BIOVILLA LIFESTYLE

Ecologia:

Criámos com o apoio do Turismo de Portugal (Plano de Comercialização e Vendas) kits de boas vindas aos hóspedes com os básicos de cosmética natural com finalidade de educar e evitar entrada de tóxicos na nossa terra. Mudámos permanentemente os detergentes todos para 100% biodegradáveis e iniciámos um mercadinho para venda de produtos de entrada num consumo mais consciente. Foi o ano em que estivemos presentes em feiras como a ECOOL onde participámos na educação para uma vida mais sustentável. Somos certificados biológico e o que não conseguimos produzir na nossa terra, compramos BIO na região.

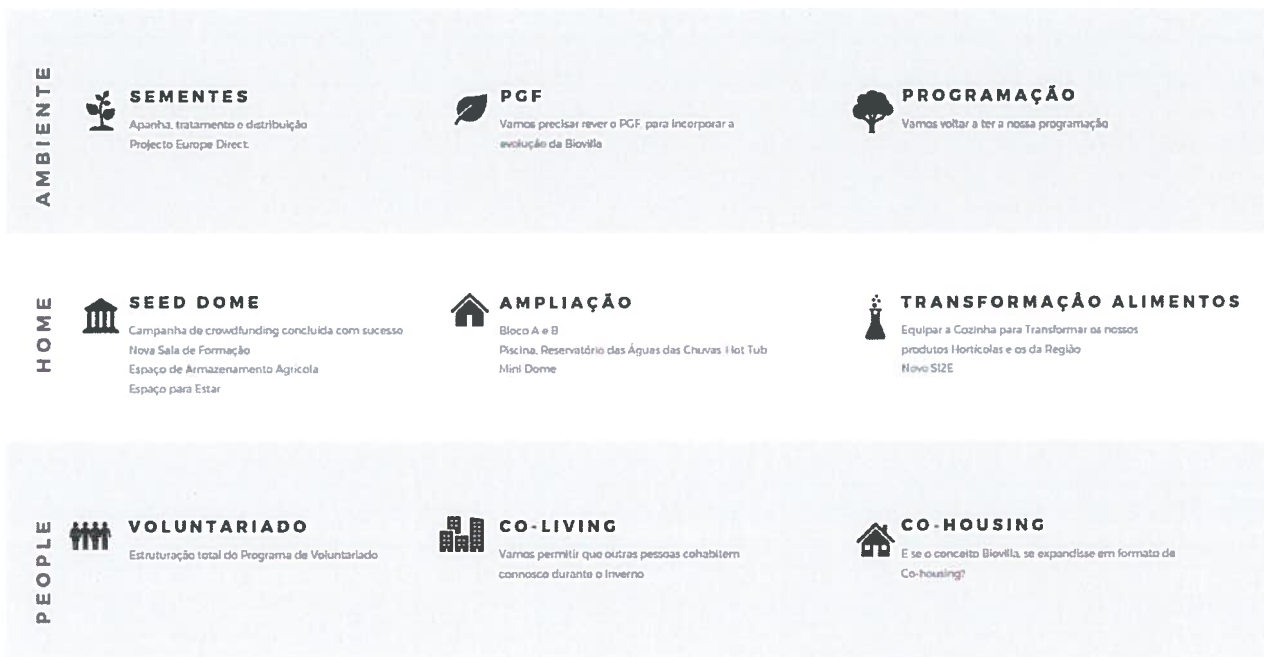


Visão para 2019-2024

Estamos cada vez mais perto de chegar finalmente ao breakeven e atingir a solidez financeira. Resiliência tem sido o nosso mote de actuação. Persistimos e insistimos em mostrar que é possível gerar negócios socialmente responsáveis, ambientalmente positivos e economicamente viáveis. Assim, o quadriénio 2019-2024 será decisivo para o efeito. Seguem os nossos eixos estratégicos:

EIXOS ESTRATÉGICOS

EMPOWERING SOLUTIONS



Em termos de prioridades teremos:

1. Aumento da Capacidade de Alojamento

- Conseguimos finalmente colocar uma candidatura ao Turismo de Portugal na sua linha de Turismo Sustentável a 31/12/2018. Os fundos para a NUTS de Lisboa continuam sem estarem disponíveis. Assim, iremos agarrar a oportunidade (ainda não aprovada) proporcionada pela autoridade do turismo nacional para fazer a obra com 80% a fundo perdido com obra prevista para Dezembro de 2019 e duração de 2 meses.



- A instalação de mais 4 unidades de alojamento; ampliação de zonas técnicas e de refeição e sala de formação em 2019/2020, permitir-nos-á não só aumentar a nossa capacidade hoteleira, bem como garantir turmas maiores para as formações *in house* e consequentemente mais facturação e cumprimento de missão.

2. Desenvolvimento de Portfolio e Novos Negócios

- Viveiro: A chegada da dome viveiro, permitir-nos-á a possibilidade de investir no negócio das sementes e viveiro contribuindo principalmente para a causa das florestas;
- Desidratador: alugar a parceiros bem como desidratação de hortícolas e sementes nossas;
- Mercado: início de venda de produtos próprios e básicos de consumo consciente;
- Lançamento de novos produtos transformados Biovilla ancorados na marca Biovilla Lifestyle;
- Prioridade no alojamento aos mercados nichos associados ao Turismo de Natureza e reconhecimento internacional com a “Chave Verde” do Turismo Sustentável;
- Foco na recepção de 1 ou dois casamentos por ano.

3. Resolução de pontos de pressão críticos

- PRODESCOOP / IEFPP / Social Invest; Liquidação de dívidas antigas
- Consolidar uma equipa de trabalho e implementação in loco com ritmo, confiança, flexibilidade e rigor, sermos assim exemplo na arte de bem receber, cuidar e demonstrar.

Link para o documento de Estratégia 2019-2024:

<https://drive.google.com/drive/u/0/search?q=or%C3%A7amentos%202019>



Análise às Demonstrações Financeiras

1. RESULTADOS

O ano de 2018 fecha com um resultado positivo de €5.256,84, numa clara melhoria face ao resultado de €1.719,16 registado no ano anterior, e um “Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos” positivo em €20.131,29, segundo ano com resultados operacionais positivos após os €14.924,04 registados em 2017.

O Volume de Negócios (VN) aumentou 27,5% para um total de €63.125,06 mantendo uma tendência de crescimento, com a actividade de alojamento a representar 90% do VN (89% em 2017).

Este aumento no VN é resultado da implementação de um novo plano estratégico desde 2017, que visou a optimização das taxas de ocupação e a maior rentabilização e uso eficiente da capacidade instalada e das nossas valências actuais, de modo a alavancar o aumento do volume de negócios quer no alojamento quer nas acções de formação.

Os Gastos do período ascenderam a €85.578,86, aumento em 47% face ao ano anterior, justificado pelo aumento nos Serviços Especializados devido à execução dos projetos financiados pela Associação de Turismo de Lisboa e União Europeia (Erasmus +), com reflexo no lado dos rendimentos no aumento dos Subsídios à Exploração.

Os Gastos com Pessoal mantiveram-se constantes face ao ano anterior, tendo-se mantido dois postos de trabalhos até à época alta do alojamento, o que só foi possível por recurso ao trabalho não remunerado efectuado pelos cooperantes e por recurso ao voluntariado.

O elevado volume das Amortizações, que representam cerca de 15% do total dos Gastos do período, deve-se ao elevado valor de Investimentos realizados desde a criação da cooperativa.



2. BALANÇO

A BVLL fecha o ano com um Balanço de €379.152.

Balanço	dez/18	dez/17
Investimentos	369 132	364 021
Contas a Receber	3 039	2 493
Caixa e Bancos	6 982	10 124
Total Activo	379 152	376 639
Capital realizado	22 000	20 000
Prestações Suplementares	34 796	34 797
Subsidio IFAP	94 978	100 667
Resultados e outros	-128 290	-133 547
Total Capital	23 484	21 917
Suprimentos	101 931	56 083
Financiamentos obtidos	152 207	222 801
Contas a Pagar	101 531	75 840
Total Passivo	355 669	354 723
Total Capital + Passivo	379 152	376 640

No lado do Activo, destacam-se os Activos Não Correntes da cooperativa, os quais representam cerca de 97% do total do Activo, evidenciando o volume de investimentos realizados nos últimos anos.

O saldo de Disponibilidades no final do ano era de €6.982.

O Património da Cooperativa era de € 23.484 em 31 de Dezembro de 2018, incluindo €94.978 relativo a subsídio do PRODER a fundo perdido, cujo reconhecimento em proveitos se iniciou no ano de 2015.

O Capital Próprio fixou-se nos €22.000,00, correspondentes aos 11 cooperadores activos à data de 31 de Dezembro 2018, cada um com uma quota de €2.000,00.

O Passivo ascendia a €355.669, dos quais €101.931 são Suprimentos dos cooperantes e €239.138 Passivos Não Correntes, que incluem um empréstimo bancário no âmbito do programa Social Investe e empréstimos obtidos junto de investidores sociais, com a figura de contratos de mútuo.

O Passivo Corrente de €116.531 corresponde a empréstimos da banca (Social Investe, repartido 15.000€ a curto prazo e 30.000€ a longo prazo) e empréstimos de cooperantes. Não há praticamente dívidas a fornecedores e as dívidas ao Estado correspondem unicamente às retenções de Segurança Social de Dezembro 2018 a pagar em Janeiro 2019.



Passando à análise de alguns rácios económico-financeiros:

RACIOS	2018	2017	2016	2015	2014	2013
Liquidez Geral	8,6%	13,9%	14,2%	16,3%	21,6%	82,7%
Autonomia Financeira	33,1%	20,7%	17,9%	32,4%	38,2%	47,4%
Solvabilidade	6,6%	6,2%	6,7%	26,9%	33,1%	52,0%
Endividamento	62,1%	78,9%	81,5%	66,3%	59,1%	53,6%

A Autonomia Financeira a 31 de Dezembro 2018 era de 33%, apresentando uma melhoria face aos dois anos anteriores.

A diversificação de fontes de financiamento entre cooperantes, investidores sociais, subsídios do estado e banca, explica este rácio, assim como os 62% de Endividamento.

A Liquidez Geral era de apenas 8,6%, continuando como um dos principais desafios e estratégias gerar cash-flows para fazer face aos compromissos de curto prazo.

A estimativa de IRC é de €1.076,70 correspondendo a uma taxa de 17% sobre o Resultado Antes de Impostos, €6.333,54. O Resultado Líquido do Exercício é de €5.256,84.

Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que o Resultado do Exercício, no montante de € 5.256,84, seja aplicado da seguinte forma:

- a) 5% para a Reserva Legal: €262,84
- b) 95% para Resultados Transitados: €4.994,00

Lisboa, 31 de Março de 2019

O Contabilista Certificado



CC n.º 68396

A Administradora Única



Verdadeiro do Povo
Vale das Bóias
Vale das Bóias - 2019
2510-4515 Póvoa - Portugal
geral@biovilla.org
912 509236006

Demonstrações Financeiras

BALANÇO	31/12/2018	31/12/2017
ACTIVO NÃO CORRENTE		
Activos fixos tangíveis	360 845,07	354 063,44
Activos Intangíveis	6 686,48	8 357,73
Outros activos financeiros	1 600,00	1 600,00
	369 131,55	364 021,17
ACTIVO CORRENTE		
Cientes	1 490,00	2 152,50
Estado e outros entes públicos	1 548,56	160,51
Accionistas /sócios	0,00	180,00
Outras contas a receber	0,00	0,00
Caixa e Depósitos bancários	6 982,36	10 124,43
	10 020,92	12 617,44
Total do Activo	379 152,47	376 638,61
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital Próprio (realizado)	22 000,00	20 000,00
Prestações suplem.e outros instrum.de capital próprio	34 795,86	34 795,86
Outras variações de no capital próprio	94 978,04	100 666,81
Reserva Legal	85,96	0,00
Resultados transitados	-133 632,88	-135 266,08
Resultado líquido do período	5 256,84	1 719,16
Total do capital próprio	23 483,82	21 915,75
Passivo não corrente		
Suprimentos	57 368,24	56 082,59
Financiamentos obtidos	181 769,74	207 800,63
	239 137,98	263 883,22
Passivo corrente		
Fornecedores	737,29	1 101,54
Estado e outros entes públicos	1 527,37	216,41
Accionistas /sócios	67 054,15	57 251,57
Financiamentos obtidos	15 000,00	15 000,00
Outras contas a pagar	15 882,13	16 470,39
Acréscimos e diferimentos	16 329,73	799,73
	116 530,67	90 839,64
Total do Passivo	355 668,65	354 722,86
Total do capital próprio e do passivo	379 152,47	376 638,61

O Contabilista Certificado


ce n.º 68396

A Administradora Única


Herdade do Monte, S.A.
Vila das Beiras
3500-025 Fátima - Portugal
geral@herdade.com
NIF 509236000

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	31/12/2018	31/12/2017
Vendas e serviços prestados	63 125,06	49 501,92
Subsídios à Exploração	17 810,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-401,93	-439,79
Fornecimentos e serviços externos	-58 464,81	-28 936,39
Gastos com o pessoal	-12 252,52	-12 213,75
Outros rendimentos e ganhos	10 977,34	10 303,74
Outros gastos e perdas	-661,85	-3 291,69
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	20 131,29	14 924,04
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-8 428,01	-8 544,46
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	11 703,28	6 379,58
Juros e gastos similares suportados	-5 369,74	-4 660,42
Resultado antes de impostos	6 333,54	1 719,16
Imposto sobre o rendimento do período	-1 076,70	0,00
Resultado líquido do período	5 256,84	1 719,16

O Contabilista Certificado



C.C. N.º 68396

A Administradora Única



Herdade do Pinheiro Verde
 Vilela dos Bicos
 2950-493 Póvoa do Varzim
 2950-493 Póvoa do Varzim - Portugal
 gora@biovilla.org
 913 54922 90000



Anexo às Demonstrações Financeiras

1 – Identificação da entidade:

A BVLL – Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável, CRL tem a sua Sede na Herdade do Pinhal de Bastos, Vale dos Barris, 2950-055 Palmela.

É uma Cooperativa com natureza multisectorial nos ramos do consumo, agrícola e serviços-modalidade mista - doSector Cooperativo, optando, para os devidos efeitos legais pelo ramo do consumo.

A Cooperativa tem como objectivo primordial fomentar o desenvolvimento social, ambiental, económico e cultural quer do indivíduo, quer da sua comunidade até à sociedade como um todo através de práticas, modelos, bens e serviços inovadores que coloquem a sustentabilidade e a resiliência no centro da sua actuação. Tendo por base os princípios da Permacultura, de acordo com os seguintes pilares base:

- Alimentação (produção, distribuição e comercialização de produtos biológicos; de comércio justo ou de produção local);
- Aprendizagem (criação de sessões de formação na área da sustentabilidade com intuito de se constituir numa referencia de formação nesta área); e,
- Alojamento (turismo rural sustentável aliado à informação dos visitantes na área da bio construção / eficiência de recursos energéticos que visa também integração das comunidades locais e criação de postos de trabalho social).

À data de 31 dezembro 2018 tinha inscritos como Códigos de Atividade Económica (CAE) os seguintes:

Principal: 55202 – Turismo no Espaço Rural

Secundário: 01630 – Preparação de Produtos Agrícolas para Venda

Secundário: 01130 – Cultura de Produtos Hortícolas, Raízes e Tuberulos

Secundário: 85593 – Outras Actividades Educativas, N.E.

2 – Referencial contabilístico

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma



Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março.

3 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.2 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.



3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.



3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o cotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.



3.2.2 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação praticadas têm como base as constantes no Decreto-Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro, tendo em conta a vida útil estimada para cada grupo de bens.

Os elementos de reduzido valor são amortizados na íntegra no ano de aquisição, nos termos do artigo 19º do referido Decreto-Regulamentar.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada activo, assim como o seu respectivo valor residual quando este exista.

3.2.3 Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.



4 - Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contábilísticas.

5 - Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada em 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Edifícios e outras construções	359.972,88					359.972,88
Equipamento básico	18.258,94	3.160,39				21.419,33
Equipamento administrativo	8.646,05					8.646,05
Outros Ativos fixos tangíveis	770,77					770,77
Investimentos em curso	0,00	10.378,00				10.378,00
Total	387.648,64	13.538,39	0,00	0,00	0,00	401.187,03
Depreciações acumuladas						
Edifícios e outras construções	24.063,88	5.998,38				30.062,25
Equipamento básico	2.497,10	578,53				3.075,63
Equipamento administrativo	6.942,39	161,46				7.103,85
Outros Ativos fixos tangíveis	81,83	18,40				100,23
Total	33.585,20	6.756,77	0,00	0,00	0,00	40.341,96
Valor Líquido	354.063,44					360.845,07

O Investimento em Curso corresponde a uma Dome financiamento com recurso a crowdfunding e que se encontrava em instalação à data de 31 dezembro 2018.

6 - Ativos Fixos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada em 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Regularizações	Saldo final
Custo						
Projetos de Desenvolvimento	15.042,73					15.042,73
Depreciações acumuladas						
Projetos de Desenvolvimento	6.685,00	1.671,25				8.356,25
Valor Líquido	8.357,73					6.686,48

7 - Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	15.000,00	30.000,00	45.000,00	15.099,23	45.000,00	60.099,23
Títulos de Investimento Social						
Cooperantes	0,00	57.368,26	57.368,26	0,00	56.082,59	56.082,59
Outros investidores	0,00	44.562,88	44.562,88	0,00	43.853,45	43.853,45
Total	15.000,00	249.137,98	254.137,98	15.099,23	263.783,99	278.883,22

8 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a BVLL cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas / contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornarem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.



Foram contratualizados e contabilizados os seguintes subsídios:

8.1 – Instituto do Emprego e Formação Profissional

1. Um empréstimo, sem juros, no montante de €99.759,58 em conformidade com o disposto no nº 9 da Portaria nº 1160/2000, o qual foi recebido na íntegra até à data de 31 de Dezembro de 2012.
2. Um subsídio a fundo perdido, no valor de €54.330,91 para contemplar a contratação de seis trabalhadores desempregados involuntários nos termos do nº 8 da Portaria nº 1160/2000, integralmente recebido até à data de 31 de Dezembro 2011.
Por decisão do IEFP em 12/10/2016, este subsídio foi parcialmente revogado, no montante de €42.591,80, tendo este montante sido contabilizado como um gasto do período de 2016, nos termos da NCRF 22.

8.2 – Subsídio do IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP), através da Associação para o Desenvolvimento Rural da Península de Setúbal

Subsídio no valor de €113.775,31 relativo a comparticipação em 60% dos investimentos aprovados no âmbito de candidatura a pedido de apoio à Acção 3.1.1. – Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola, recebido integralmente à data de 31 de Dezembro 2014.

9 - Benefícios dos empregados

O Número médio de empregados durante o ano foi de 2 à data de 31 Dez 2018.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao pessoal	9.383,03	9.531,86
Encargos sobre as Remunerações	2.125,67	2.125,67
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	87,01	436,22
Outros Gastos com o Pessoal	690,00	120,00
Total	12.252,52	12.213,75



10 – Investimentos Financeiros

A BVLL detinha à data de 31 dezembro 2018 títulos no valor de 1.600,00€ da Lisgarante, adquiridos no âmbito da contratação do empréstimo do Social Investe.

11 – Capital

Nas contas de Capital ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital realizado	20.000,00	2.000,00		22.000,00
Prestações Suplementares	34.795,86			34.795,86
Reservas Legais	0,00	85,96		85,96
Resultados transitados	135.266,08	1.633,20		133.632,88
Outras variações nos capitais próprios	100.666,81		5.688,77	94.978,04
Total	20.196,59	3.719,16	5.688,77	18.226,98
Resultado Líquido do Exercício	1.719,16			5.256,84
Total	21.915,75			23.483,82

Ocorreram durante o exercício de 2018 as seguintes movimentações nas contas de capitais próprios:

- a) Aumento de Capital no montante de €2.000,00, pela entrada de um cooperante;
- b) Transferência para resultado do exercício de 2017, €1.719,16 em 5% para Reservas Legais e 95% para Resultados Transitados;
- c) Aumento relativo ao Resultado do Exercício de 2018, €5.256,84;
- d) Diminuição pelo reconhecimento anual em proveitos do subsídio IFAP, €5.688,77.

12 - Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.548,56	160,51
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.548,56	160,51
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	1.076,70	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Segurança Social	450,67	216,41
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	1.527,37	216,41

13 - Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Palmela, 31 de Março de 2019

O Contabilista Certificado


C.C. n.º 68396

A Administradora Única


Herdade do Monte das Oliveiras
Vila das Beiras
2530-053 Palmela - Portugal
geral@biovilla.org
919 509238006

Parecer do conselho fiscal

Dando cumprimento às competências estabelecidas pela artº 28º dos Estatutos da BVLL Cooperativa para o Desenvolvimento Sustentável CRL, o Conselho Fiscal, examinou o Relatório e Contas relativo ao ano de 2018, o qual apresenta um resultado positivo de €5.256,84.

Da sua análise, o Conselho Fiscal considera que:

- O relatório apresentado reflecte de forma correcta a actividade desenvolvida pela BVLL durante o ano de 2018;
- As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios e normas contabilísticas.
- A direcção fez um excelente trabalho de gestão financeira, em face do reconhecido problema de falta de escala e elevado serviço de dívida.
- Encontra-se registado um financiamento não aprovado ou comunicado à Assembleia Geral, embora não seja um requisito legal ou estatutário, tinha sido até aqui uma boa prática levada a cabo pelas diferentes direcções da cooperativa.

Razão pela qual submete à Assembleia-Geral o parecer que seja aprovado o Relatório e Contas do ano de 2018, bem como a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 31 de Março de 2019

O Presidente do Conselho Fiscal

